

» Entrevista | **PAULO MAURÍCIO SIQUEIRA** | PRESIDENTE DA OAB-DF

Para o presidente da seccional, é inadmissível qualquer tentativa de interferência no Judiciário. Ele destacou o papel da entidade em temas sensíveis para o país

“Não admitimos tentativa de pressão”

» CAETANO YAMAMOTO*

Contrário a qualquer tipo de intervenção no Judiciário brasileiro, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Distrito Federal, Paulo Maurício Siqueira, defendeu a Constituição como bem maior do país. Em entrevista ao programa CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília —, ele destacou o papel da entidade como moderadora e fez duras críticas à sobre-taxação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como tentativa de intimidar a Justiça. “Se qualquer país achar que pode fazer uma intervenção econômica para suspender tarifas ou aplicar sanções porque não gosta de um julgamento, nós estaremos diante de situação extremamente grave. Podemos não gostar de um resultado de eleição, por exemplo, mas ela aconteceu e precisa ser respeitada. Então, os Estados Unidos querem dizer que o julgamento do Supremo não lhe agrada, que façam seus comentários para lá, mas que não venham sancionar a população brasileira com isso”, disse aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Samanta Sallum.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O que precisamos é as instituições funcionarem com o respeito à Constituição e ao Supremo que, além de guardião da Constituição, tem que ser cumpridor dela”

Qual o posicionamento da OAB sobre o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump?

Nos manifestamos de forma veemente e contrários a qualquer tipo de intervenção internacional em problemas que são nossos. Os possíveis erros praticados em processos judiciais no Brasil precisam ser resolvidos dentro do nosso sistema constitucional, das nossas regras. Qualquer interferência internacional deve ser rejeitada pela Ordem dos Advogados do Brasil. Não admitimos qualquer tentativa de pressão para que se mude o processo legal.

Qual a avaliação da OAB sobre o que está acontecendo internamente neste momento do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro?

Toda autoridade, toda decisão, é passível de questionamento. Erros são naturais em uma atuação humana. Nós enxergamos, sim, algumas impropriedades no processo. É necessário que se respeite o direito de defesa, que se ouça as testemunhas, que a advocacia exerça o seu papel de forma plena, mas isso deve acontecer dentro das nossas regras. Essa intervenção internacional nos mostrou que, agora, passaram de todos os limites, porque isso tem consequências econômicas e sociais para toda a população. Precisamos procurar a pacificação do nosso país, não adianta procurar a solução nos extremos. O que precisamos é as instituições funcionarem com o respeito à Constituição e ao Supremo que, além de guardião da Constituição, tem que ser cumpridor dela. A Ordem dos Advogados do Brasil tem acompanhado o processo, auxiliando a advocacia quando necessário e cobrando uma atuação firme de todas as autoridades.

A OAB avalia procurar organismos internacionais para denunciar a ofensiva norte-americana?

A representação do Estado brasileiro precisa ser exercida pelo poder Executivo. O que a OAB tem feito é se manifestar contrário a essas posições. Temos, sim, organizações internacionais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), a própria ONU, e outros organismos que precisam auxiliar na pacificação desse problema — que se tornou de escala mundial. Se qualquer país achar que pode fazer uma intervenção econômica para suspender tarifas ou aplicar sanções porque não

gosta de um julgamento, nós estamos diante de situação extremamente grave. Podemos não gostar de um resultado de eleição, por exemplo, mas ela aconteceu e precisa ser respeitada. Então, os Estados Unidos querem dizer que o julgamento do Supremo não lhe agrada, que façam seus comentários para lá, mas que não venham sancionar a população brasileira com isso. É isso que a ordem não admite. Estamos auxiliando os órgãos brasileiros no sentido de mostrar que é preciso tomar providências. Mas não temos legitimidade de ir à OMC fazer uma reclamação, estamos emitindo posicionamentos técnicos pedindo que quem possa assim o faça.

Como a OAB avalia as recentes decisões do STF, especialmente no contexto dos julgamentos sobre o 8 de janeiro de 2023?

Erros acontecem e temos apontado isso. O Supremo Tribunal Federal precisa também entender que ele faz parte de um todo. São três Poderes que precisam conviver harmonicamente e entender que a Constituição sobressai a todos eles. As instituições são maiores do que as pessoas. A OAB tem se posicionado exigindo que o devido processo legal seja cumprido, não só nesse julgamento do 8 de janeiro, mas em todos os outros. Tivemos recentemente um julgamento em que foi dispensada a participação do Ministério Público e o juiz poderia fazer diretamente as perguntas às partes. Não é esse o sistema processual que existe. E nós criticamos e criticaremos todos esses excessos. De uma delegacia de polícia ao Supremo, a Constituição tem que valer para todos e deve ser cumprida.

Como o senhor vê a atuação dos advogados no caso Bolsonaro e o tratamento que eles vêm recebendo no Supremo?

Tivemos alguns excessos praticados por parte do ministro Alexandre de Moraes, não respeitamos a intervenção da advocacia. Isso foi objeto de crítica e será objeto de questionamentos quando necessário. A advocacia precisa ser respeitada. Eu não tenho detalhes do processo porque não atuo nele e não

costumo comentar algo que eu não tenha conhecimento profundo dos documentos, mas vemos pelas notícias que precisa ter, sim, um respeito maior à advocacia. Por outro lado, os advogados devem se portar profissionalmente, não podem fazer palanque político. O processo tem que ser julgado afastado do calor da política. No Supremo, não cabe política.

A “desobediência” aos pedidos do STF atrapalham no julgamento?

Este momento tem nos mostrado que os excessos só atrapalham as instituições funcionarem. De nada adianta fazer chicana com uma decisão judicial. Decisão judicial ou se cumpre ou se recorre. Ali foram determinadas restrições para que não haja atuação de quem responde a um processo. Nem o ex-presidente Bolsonaro, nem uma pessoa que responde a um processo em segunda, em primeira instância pode desrespeitar uma decisão judicial. Isso não contribui pro processo. Essa temperatura alta que está sendo colocada só nos traz a esse caos que está tendo consequência econômica, financeira para a população. As instituições precisam funcionar e as nossas autoridades precisam entender que elas precisam ser ponto de segurança — não de caos.

A OAB está preocupada com a PEC dos Precatórios?

A PEC 66/2023, que eu não chamo de PEC dos precatórios, na verdade, é a ‘PEC do Calote’, porque ela estabelece que estados e municípios possam postergar pagamentos devidos, reconhecidos em decisões judiciais. É inadmissível jogar por mais quase dez anos quem está esperando receber algo que lhe é de direito. Quando chega um momento de precatório, não tem mais recurso, não tem mais dúvida se é devido ou não. Porque nós, quando temos pagar IPTU, IPVA, imposto de renda, temos que pagar naquele momento. Não temos dez anos para poder fazer isso. O estado precisa também cumprir a sua obrigação.

Caso aprovada, qual seria o

impacto e o que juridicamente pode ser feito pela OAB?

Seria um verdadeiro calote porque ela posterga o pagamento e estabelece forma de correção desse valor diferente do que a economia, do que uma taxa Selic ou o que corresponde a uma correção monetária justa. Então, incentiva o gasto público, porque ela vai limitar o orçamento a um percentual muito baixo para ser destinado a esse pagamento. Libera, portanto, os entes a fazerem mais gastos e isso vai virar uma bola de neve. Está transformando o estado brasileiro num grande caloteiro. Os estados e municípios podendo não pagar suas dívidas e criar mais dívidas e isso vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, vai contra os princípios constitucionais e a Ordem dos Advogados do Brasil rechaçou essa redação e já deixou claro que, se for aprovado nessas condições, irá o Supremo Tribunal Federal apresentar uma ação direta de inconstitucionalidade contra essas alterações.

E a PEC da Segurança?

Nós, infelizmente, tivemos casos recentes no Distrito Federal e reiteradamente acontecem, sem que a mídia consiga nem alcançar tantos casos de excessos praticados pelas polícias. Temos uma boa Polícia Militar no DF, uma boa Polícia Civil: composta por homens e mulheres que na sua imensa maioria respeitam o cidadão e fazem bem o seu trabalho. Mas há excessos que precisam ser rechaçados. Essa PEC tende a trazer determinadas regras, tentando auxiliar em melhorias para a segurança pública, mas há críticas de que tira também a autonomia dos estados para definição das suas formas de atuação. Estamos acompanhando, não é um tema que ainda está tão quente como o da PEC dos Precatórios, mas a segurança pública é um tema que muito afeta a atuação da advocacia. Sem a advocacia você não tem uma segurança pública bem realizada, porque a defesa é essencial a isso. A Ordem tem visto com muita preocupação esses excessos praticados.

* Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Rota de colisão entre Trump e Lula põe em xeque a democracia brasileira

Quando a marcação (rumo) é constante e a distância diminui, a rota é de colisão, diz uma regra básica de navegação. O direito de passagem é sempre daquele que tem maior dificuldade de manobra, por exemplo, um barco à vela em relação ao barco a motor. Entretanto, qualquer velejador experiente sabe que a regra não funciona quando o rumo cruzado é com um grande cargueiro. Nesse caso, é melhor ser feliz do que ter razão, ou seja, corrigir o curso para evitar um naufrágio.

A rota de colisão entre Trump e Lula não é apenas uma metáfora de relações diplomáticas tensas, mas um dilema real para o Brasil, que precisa equilibrar interesses comerciais estratégicos com a defesa de sua soberania e da democracia. O “grande cargueiro” norte-americano, conduzido pelo temperamento abusivo e errático de Trump, impõe sua rota ao mundo, sem se preocupar com os pequenos ou médios navegantes. O Brasil, nesse cenário, precisa escolher entre ser “feliz” — preservando sua democracia e autonomia —, como fariam os experientes velejadores, ou “ter razão” e colidir com a potência hegemônica.

O elemento objetivo da crise é a reorganização das cadeias de valor da economia mundial, com os Estados Unidos tentando reverter décadas de globalização em favor de um protecionismo agressivo. A taxa de 35% sobre as exportações brasileiras, igualando-se ao que foi imposto ao Canadá e à União Europeia, já seria motivo suficiente para grande preocupação no agronegócio e na indústria. Entretanto, os 15% adicionais no tarifaço contra o Brasil têm claro componente político e ideológico. São o resultado direto das articulações do deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos, com o objetivo de enfraquecer as instituições brasileiras e criar constrangimentos econômicos que possam repercutir no julgamento de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Essa tentativa de internacionalizar o caso Bolsonaro com a ajuda de Trump representa um risco real para a democracia no Brasil. Ontem, em Londres, Steven Levitsky, autor do best-seller *Como as democracias morrem* e professor da Universidade de Harvard, em entrevista à repórter Julia Braun, da BBC-Brasil, disse que, hoje, “o Brasil é um sistema mais democrático do que os Estados Unidos”, porém, “esse pode não ser o caso daqui a um ano”. Atualmente, segundo ele, “as instituições brasileiras estão funcionando melhor”.

Responderam melhor às ameaças golpistas de 8 de janeiro de 2023 do que os Estados Unidos reagiram à invasão do Capitólio em 2021, porém, essa resiliência institucional está sendo colocada à prova. “O Supremo Tribunal Federal cumpriu um papel essencial na defesa do Estado Democrático de Direito, mas precisa retornar ao seu devido lugar quando a crise for superada”, disse Levitsky. Para ele, há uma linha tênue entre a proteção da democracia e o risco de hipertrofia do Judiciário em um sistema republicano.

Conexões diretas

Diferentemente do apoio estruturado de Washington a golpes militares nos anos 1960 e 1970, o movimento atual é descrito por Levitsky como “personalizado, desinformado e arrogante”. A diferença, porém, não o torna menos perigoso. Se antes se tratava de uma política de Estado, hoje, é um “capricho pessoal de Trump”, mas se vale dos mesmos instrumentos de poder econômico e diplomático da Casa Branca.

No Brasil, a crise se agrava com as medidas judiciais contra Bolsonaro. As restrições impostas pelo ministro Alexandre de Moraes, aprovadas pelo plenário do STF com apenas um voto contrário, colocaram o ex-presidente em regime de recolhimento domiciliar noturno e de fim de semana, monitorado por tornozeleira eletrônica. A proibição de manter contato com autoridades estrangeiras e de frequentar sedes diplomáticas tem uma motivação clara: evitar que Bolsonaro busque refúgio político ou use seu prestígio junto à direita internacional para tensionar ainda mais as relações com os Estados Unidos.

Entretanto, o voto isolado do ministro Luiz Fux, que considerou desproporcionais essas medidas cautelares, reacendeu o debate sobre os limites entre a proteção da ordem pública e a preservação das liberdades individuais. O magistrado apontou que restrições tão amplas à liberdade de expressão e de locomoção só deveriam ocorrer mediante demonstração inequívoca da necessidade. Moraes, por sua vez, justificou a decisão com base em indícios de tentativa de obstrução da Justiça e na utilização de instrumentos econômicos para constranger o Judiciário.

Bolsonaro transferiu R\$ 2 milhões via Pix a Eduardo durante o período em que o filho articulava sanções contra o Brasil nos Estados Unidos. Segundo Moraes, trata-se de uma “vultosa contribuição financeira”, com o objetivo claro de interferir na atividade jurisdicional, abalar a economia do país e intimidar agentes públicos.

Essa linha de investigação fortalece a tese de que há uma conexão direta entre a crise diplomática e a tentativa de golpe. A retórica de Eduardo e outras lideranças do PL, como o deputado Sóstenes Cavalcante, líder da bancada na Câmara, retoma o discurso e propõe ações muito semelhantes à trajetória golpista que antecedeu o 8 de janeiro, como a mobilização dos caminhoneiros contra o Supremo. As ameaças de Eduardo e de seus aliados se estribam nas declarações agressivas de Trump e do secretário de Estado, Marco Rubio, que desejam pôr de joelhos o governo Lula.